

34

As primeiras eleições municipais da Justiça Eleitoral

Com a conclusão das obras de adaptação e o recebimento das chaves do Grupo Escolar “Miss Browne”, o Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de São Paulo (TRJE-SP) havia saído do Palácio da Justiça, sob a Presidência do desembargador Arthur Cesar da Silva Whitaker, figurando Dr. João Silveira Mello como procurador regional e Dr. José Felix Alves de Souza como secretário do Tribunal. Preparavam as primeiras eleições municipais organizadas por esta Justiça especializada.

O arcabouço autoritário implantado por Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930 vinha sendo desmantelado. Com as eleições gerais de 1933, presidente da República, governadores, deputados e senadores foram escolhidos, reinstalaram-se as Casas Legislativas e foram elaborados a prometida Constituição Federal e o novo Código Eleitoral. Nos municípios ainda não havia voto popular, mas nomeações de prefeito pelo governador, a despeito da autonomia financeira constitucional. No estado de São Paulo, o Departamento de Administração Municipal, no Palácio do Governo, aprovava orçamentos municipais, despachava em processos das Prefeituras Municipais e organizava as nomeações, exonerações, licenças, designações de substitutos em relação aos cargos de prefeito e de membro dos Conselhos Consultivos Municipais (órgãos colegiados que substituíram Câmaras Municipais).

Jovens democracias como a brasileira sobreviviam entre o avanço do stalinismo e do fascismo e nacional-socialismo alemão. Em suspensão do estado de guerra após a Intentona Comunista, o pleito ocorreu em 15 de março de 1936, com diversos turnos suplementares, nas 138 zonas eleitorais, sendo 14 na capital, em 36 círculos eleitorais (reunidos pelo Plenário do TRJE-SP em 5 circunscrições), para os cargos de prefeito e vereadores dos 267 municípios paulistas, empregando cédulas fornecidas pelos partidos.

Mulheres como Diva Nolf Nazário e Geraldina Marx, além de cegos alfabetizados, puderam votar em urnas de madeira e outras de aço, reparadas pelo Liceu de Artes e Ofícios. As urnas e o Parque



Cédulas fornecidas por partidos

das Urnas, na sede do TRJE-SP, tinham sido periciados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Após a apuração no “Miss Browne” e em fóruns do interior e a revisão pelo TRJE-SP e pelo Tribunal Superior da Justiça Eleitoral, novos prefeitos e vereadores foram anunciados.

Na capital foram eleitos 20 vereadores, destacando-se José Adriano Marrey Júnior e Abrahão Ribeiro, mantendo-se o prefeito nomeado Dr. Fábio da Silva Prado. Com destaque, em Santos a professora Dona Zeny de Sá Goulart (1882 – 1960), candidata pelo Partido Constitucionalista, foi uma das primeiras vereadoras do país, vindo a cumprir seu mandato desde a posse em 13 de agosto daquele ano até o advento do Estado Novo, em 10 de novembro do ano seguinte.

Com os resultados das urnas, repetido em algumas seções e depois confirmados, a Justiça Eleitoral vinha se firmando como uma instituição que promovia a democracia. Com a posse dos eleitos, desapareciam os últimos resquícios do Governo Provisório.



Parque das Urnas



Dona Zeny de Sá Goulart

José Washington da Silva Assis
Luiz Alexandre Kikuchi Negrão